

[João Paulo Avelãs Nunes

Professor de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20 da UC)]

António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política

António de Oliveira Salazar nasceu no Vimieiro (concelho de Santa Comba Dão, distrito de Viseu) no dia 28 de Abril de 1889 e faleceu em Lisboa a 27 de Julho de 1970. Por determinação do próprio e muito antes do 25 de Abril de 1974, os restos mortais do fundador e Chefe do Estado Novo foram transportados da capital do país para Santa Comba Dão. Filho de António de Oliveira e de Maria do Resgate Salazar (membros de uma classe média rural), estudou no Seminário de Viseu de 1900 a 1908 e cursou Direito em Coimbra. Sendo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e tendo militado ao mais alto nível em organizações da “acção católica”, tornou-se Ministro das Finanças em 28 de Abril de 1928. A 5 de Julho de 1932 assumiu as funções de Presidente do Conselho de um Governo da Ditadura Militar, lugar que só abandonará a 25 de Setembro de 1968 por motivos de saúde e decisão do Presidente da República.

Independentemente das polémicas ideológicas, Oliveira Salazar é uma das personalidades mais marcantes do século XX em Portugal. Formou-se enquanto intelectual e activista político num território de confluência entre a democracia-cristã conservadora, o integralismo lusitano e o fascismo. Liderou o processo de estruturação, consolidação e recomposição do Estado Novo a partir da Ditadura Militar. Explicitar a relevância de António de Oliveira Salazar não significa, no entanto, louvar as respectivas concepções e práticas, não implica branquear ou negar as sequelas negativas decorrentes do facto de Portugal ter vivido em ditadura durante quase meio século. Resulta, apenas, da operatividade de constatar e procurar explicar, quer a longa duração de experiências de privação de liberdades e direitos fundamentais, quer o papel nuclear desempenhado por um dirigente que, apesar de ser supostamente desprovido de

“carisma”, se manteve no essencial incontestado no interior das elites e da base de apoio do regime.

Durante o longo período de tempo em que assumiu funções políticas em contexto ditatorial (1928-1968), Oliveira Salazar adoptou uma postura de controlo quase absoluto. Para além de Presidente do Conselho (1932-1968), assumiu as pastas de Ministro das Finanças (1928 a 1940), Ministro das Colónias (1930), Ministro da Guerra (1932 e 1936 a 1944), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1936 a 1947) e Ministro da Defesa Nacional (1961-1962). Tutelou directamente a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, o Secretariado da Propaganda Nacional (depois Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (depois Polícia Internacional de Defesa do Estado). Coordenou a gestão dos simulacros eleitorais — para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional — e regulou o funcionamento, tanto da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, como das “organizações de massas” oficiais ou oficiosas (União Nacional e Legião Portuguesa, Acção Escolar Vanguarda e Mocidade Portuguesa/Mocidade Portuguesa Feminina, Grémios Patronais e Ordens, Sindicatos Nacionais e Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, Casas do Povo e Casas dos Pescadores, Acção Católica Portuguesa).

Enquanto Chefe do regime, António de Oliveira Salazar conheceu e conseguiu adaptar-se a diversas conjunturas. Em primeiro lugar, a etapa de transformação da indefinida Ditadura Militar no essencialmente homogéneo Estado Novo (1928-1933). Num segundo momento (1933-1939), a ditadura portuguesa integrou-se na “Época dos Fascismos” e apoiou a instauração do franquismo em Espanha (Guerra Civil de 1936 a 1939). Seguiu-se o período da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-guerra (1939-1947), com as fases de predomínio do Eixo e dos Aliados, com a introdução do modelo de “Estado Providência” e a antevisão da “Guerra Fria”, com o aumento da actividade e da influência das oposições. Depois, a etapa de reestabilização do regime, que só foi interrompida pelo “fenómeno Humberto Delgado” (1947-1958). Finalmente, ocorreu o início do que viria a ser o prolongado processo de desagregação do Estado Novo (1958-1968 e 1968-1974).

Mau grado os discursos que afirmam a existência de um unanimismo ideológico no interior do regime, Oliveira Salazar ter-se-á mantido como líder também porque

soube congregar ou afastar várias concepções de sociedade e de sistema político que, sendo genericamente designáveis como “de direita”, apresentavam diferenças não negligenciáveis. Evocam-se a desarticulação e a integração no Estado Novo da maioria dos activistas do Centro Católico Português, dos sindicatos católicos e do Movimento Nacional-Sindicalista; a superação das clivagens entre republicanos e monárquicos, laicistas e católicos, anglófilos e germanófilos; a atribuição de pesos relativos diferentes, de acordo com os contextos nacionais e internacionais, a modernizadores, conservadores e tradicionalistas, institucionalistas ou defensores das virtualidades da “intervenção radical” de organizações milicianas, “corporativistas de Estado” ou “corporativistas de associação”, europeístas e colonialistas.

Se, no plano político-institucional e ideológico, António de Oliveira Salazar e a restante elite do Estado Novo terão mantido o essencial das características fundadoras — as mudanças foram sobretudo ‘cenográficas’ —, no âmbito económico e social verificaram-se alterações significativas. Depois da estatização, corporativização e “nacionalização” da economia e das relações socioprofissionais (nos anos trinta, com a “Grande Depressão”), seguiu-se a economia de guerra associada à Segunda Guerra Mundial e ao imediato pós-guerra (1939-1947). Nas décadas de cinquenta a setenta, apesar da resistência do Presidente do Conselho — dos sectores conservadores e tradicionalistas — e de múltiplos vectores de bloqueio, ocorreu um intenso processo de industrialização e terciarização, urbanização ou emigração para países desenvolvidos com “Estados Providência” de matriz keynesiana.

Quanto a outras personalidades apoiantes de uma solução ditatorial de direita em Portugal que são relevantes — na qualidade de aliados, de efectivos ou potenciais rivais e/ou de adversários — para a compreensão do percurso de Oliveira Salazar, salientaríamos Francisco Cunha Leal e Manuel Rodrigues Júnior (sobretudo na fase de consolidação do regime), o Marechal António Óscar Fragoso Carmona e o Cardeal Patriarca de Lisboa Manuel Gonçalves Cerejeira, Francisco Rolão Preto (Chefe do Movimento Nacional-Sindicalista) e Marcelo Alves Caetano, Pedro Teotónio Pereira e Armindo de Sttau Monteiro (antes de mais nas conjunturas da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial), o General Fernando Santos Costa e João Pinto da Costa Leite, o General Humberto da Silva Delgado e o General Júlio Botelho Moniz (oriundos

do salazarismo mas que entraram em ruptura com o “fascismo luso” ou com o seu líder), o General Francisco Craveiro Lopes e o Almirante Américo Rodrigues Tomás.

No que concerne a organizações e instituições que desempenharam um papel decisivo na ascensão e na permanência de António de Oliveira Salazar como Chefe do Estado Novo, destacaríamos a Igreja e a “acção católica portuguesa” (nomeadamente o Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra e o Centro Católico Português), a União dos Interesses Económicos e as principais associações patronais (sobretudo as Associações Comerciais de Lisboa e do Porto, a Associação Central da Agricultura Portuguesa, as Associações Industriais Portuguesa e Portuense), as Forças Armadas e as Forças Policiais, o sistema de “justiça política” (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado/Polícia Internacional de Defesa do Estado, Tribunais Militares Especiais/Tribunais Plenários Criminais e “prisões políticas”), o Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo e os Serviços de Censura.

Em termos de relações externas, António de Oliveira Salazar e o Estado Novo acabaram por beneficiar do apoio — ou, na pior das hipóteses, da não hostilidade — da generalidade dos países capitalistas mais poderosos. Excepção feita a períodos muito localizados (1940 e 1941, 1944, 1961) ou a ameaças de reatribuição de “ilhas adjacentes” e de “territórios ultramarinos”, a Santa Sé e Espanha, o Reino Unido e a França, a Alemanha e a Itália, os EUA e o Japão, o Brasil e a Argentina aceitaram tanto o regime vigente em Portugal como o seu líder. Esta continuidade verificou-se em situações de conflito militar — Guerra Civil de Espanha, Segunda Guerra Mundial, Guerras Coloniais — e de paz (década de 1930, “Guerra Fria”), com figurinos políticos ditatoriais ou demoliberaes e democráticos, com Governos de centro-direita e de centro-esquerda. Portugal foi, nomeadamente, membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (1948), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949) e da Associação Europeia de Comércio Livre (1960).

Para terminar, refere-se o importante debate científico-político acerca da natureza do Estado Novo e, conseqüentemente, da caracterização global de Oliveira Salazar como dirigente máximo de um regime que vigorou em Portugal durante mais de quarenta anos. Correndo, embora, o risco de simplificar, dir-se-ia que existem duas interpretações historiográficas alternativas, por sua vez defendidas a partir de múltiplas

posturas ideológicas. Por um lado deparamos com os investigadores — portugueses e estrangeiros — que propõem uma leitura taxionomista ou restritiva dos conceitos de fascismo e de totalitarismo, classificando o Estado Novo como ditadura autoritária conservadora. Em sentido inverso, encontramos os investigadores — portugueses e estrangeiros — que propõem uma leitura dialéctica ou genérica dos conceitos de fascismo e de totalitarismo, classificando o Estado Novo como ditadura de tipo fascista e tendencialmente totalitária.

Algumas referências bibliográficas

BLINKHORN, Martin (ed.), *Fascists and conservatives*, Londres, Unwin Hyman, 1990.

COLLOTTI, Enzo, *Fascismo, fascismos* (trad. do italiano), Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo*, Lisboa, GIS/Editorial Presença, 1982.

CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o Estado no salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

GRIFFIN, Roger, *The nature of fascism*, Londres, Routledge, 1996, 3ª edição.

GRIFFIN, Roger, *Modernism and fascism*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2007.

HESPANHA, António Manuel, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, Inverno de 2003, p. 1285-1302.

LEE, Stephen J., *The european dictatorships (1918-1945)*, Londres, Routledge, 1996, 9ª edição.

LINZ, Juan J., *Totalitarian and authoritarian regimes*, Londres, Lynne Rienner, 2000.

LOFF, Manuel, “Los regímenes autoritarios”, *Ayer*, nº 37, 2000, p. 125-162.

LOFF, Manuel, “*O novo século é fascista!*”. *O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008.

LUCENA, Manuel de, “Notas para uma teoria dos regimes fascistas”, *Análise Social*, nº 125/126, 1994, p. 9-32.

- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar: uma biografia política*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010.
- MÓNICA, Maria Filomena e BARRETO, António (dir.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999/2000, vols. 7-9.
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal (1926-1985)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- NUNES, João Paulo Avelãs e outros, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 1993
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *População e Sociedade*, nº 8, 2002, p. 73-101.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Funções da legislação no Estado Novo português (1926-1974)”, *Estado, direito e ética. Ensaios sobre questões da nossa época*, BORGES FILHO, Nilson e FILGUEIRAS, Fernando (org.), Juiz de Fora, Granbery Edições, 2007, p. 31-50.
- Ó, Jorge Ramos do, *O lugar de Salazar: estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu tempo*, Lisboa, Edições O Jornal, 1991.
- PAYNE, Stanley G., *Fascism: comparison and definition*, Madison, University of Wisconsin Press, 1980.
- PAYNE, Stanley G., “‘Fascism’ or ‘Bureaucratic authoritarianism’?”, *Estudos de homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, vol. II, p. 523-531.
- PAYNE, Stanley G., “Fascismo, modernismo, modernização”, *Penélope*, nº 11, 1993, p. 85-102.
- PINTO, António Costa, *O salazarismo e o fascismo*, Lisboa, Editorial estampa, 1992.
- PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial estampa, 1994.
- PINTO, António Costa (dir.), *Portugal contemporâneo* (trad. do inglês), Madrid, Edições Sequitur, 2000.
- PINTO, António Costa (coord.), *Rethinking the nature of fascism: comparative perspectives*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2010.

- PINTO, António Costa (org.), *Governar em ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, 2012.
- ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do “Autoritarismo Moderno” e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, nº 2, 1989, p. 97-114.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7.
- ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de, *Dicionário de história do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- ROSAS, Fernando, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, nº 157, 2001, p. 1031-1054.
- ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Editora Tinta-da-China, 2012.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*, 2 volumes, Coimbra, IUC, 2009.